

1 ATA 04/09 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE
2Tendo por local o auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida João
3Pessoa, 325, manifesta-se a coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, MARIA LETICIA DE
4OLIVEIRA GARCIA dizendo que, no uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis 8080/90, de
5setembro de 1990 e 8142/90, de dezembro de 1990, pela Lei Municipal 277/92, de maio de 1992 e pelo
6nosso Regimento Interno, aprovado em junho de 2008, declaro aberta a sessão plenária de 19 de
7fevereiro de 2009. A mesma tem a seguinte proposta de pauta: 1)Abertura, 2)Leitura e Apreciação da Ata
802/09, 3)Faltas Justificadas, 4)Leitura e apreciação dos Pareceres 09/09, 12/09 e 13/09, 5)Informes e 6
9Pauta Principal. Presença do Deputado Federal HENRIQUE FONTANA para debate sobre EC 29, CSS e
10MP 446/08. Estavam presentes os seguintes conselheiros Titulares: 1)ABDON MEDEIROS FILHO,
112)JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS, 3)REJANE HAIDRICH, 4)FLAVIO BECCO, 5)ANTONIO
12LOSADA, 6)JOÃO BATISTA FERREIRA, 7)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA,
138)PAULO GOULART DOS SANTOS, 9)ELIANE DE MIRANDA PAIM, 10)ZILDA DE MORAES
14MARTINS, 11)MARIA IVONE DILL, 12)MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA,
1513)OLIR CITOLIN, 14)ELEN MARIA BORBA, 15)HELOISA HELENA ROUSSELET DE
16ALENCAR, 16)JOSE CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 17)CARLOS PINHEIRO, 18)GILMAR
17CAMPOS, 20)LAUDEMIR MACHADO DE FIGUEIREDO, 21)TANIA LEDI DA LUZ
18RUSCHINSQUE, 22)CLAUDIA DE CARVALHO GUIDI, 23)GRAZIELI GIOVELI, 24)VERA
19TEREZINHA RAMOS LEONARDI, 25)ADRIANA ROJAS, 26)ANA CLAUDIA DE PAULA,
2027)ISIS AZEVEDO DA SILVEIRA, 28)PAULA GUNTZEL, 29)CLAUDIA GONÇALVES
21FELDMANN, 30)ALCIDES POZZOBON, 31)JAMES MARTINS DA ROSA, 32)NEWTON
22MUNHOZ. Os conselheiros suplentes presentes eram: 1)MIRIAN FRANÇA, 2)OSCAR RISSIERI
23PANIZ, 3)MARIZETE FIGUEIREDO, 4)CLAUDIO B.CHAVES. Justificaram suas faltas, Marcia
24Nunes, Humberto José Scorza, Jonas Mendonça, Roger dos Santos Rosa, Marta Marcantonio. Encaminha a
25Coordenadora MARIA LETICIA apreciação da Ata 02/09. Solicita aos conselheiros se há alguma
26correção para ser feita. Apenas manifesta-se o Senhor JAMES DA ROSA MARTINS, solicitando
27acréscimo no texto, o que é registrado pelo Secretário da Plenária. Encaminha-se então para votação,
28sendo a Ata 02/09 aprovada por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e 5 abstenções. Na seqüência
29encaminha-se a apresentação e apreciação dos Pareceres, onde o Psicólogo DENIS FRAGA, da
30ASSEPLA apresenta uma síntese do Projeto OLHAR BRASIL que é um Projeto do Governo Federal,
31criado por Portaria Normativa Interministerial, que envolve o Ministério da Saúde e o Ministério da
32Educação onde o Município de Porto Alegre estaria aderindo ao mesmo. Este nosso Projeto é o que vai
33fundamentar esta nossa adesão ao Olhar Brasil. Diz respeito a todo o Fluxo de Acuidade Visual, desde a
34triagem até a questão da consulta e da distribuição de óculos. Feita a explanação rápida da proposta a
35Coordenadora abre para que o Plenário faça questionamentos e esclarecimentos. Inicialmente manifesta-
36se o conselheiro NEWTON MUNHOZ, lembrando que no ano passado foi apresentado aqui no conselho o
37Projeto Olhar Brasil, Este Projeto ficou aqui na Secretaria com o Dr. MARINON PORTO. Gostaríamos
38de saber se há alguma novidade a respeito do mesmo, pois há um Prestador de Serviços interessado e não
39há uma decisão sobre a proposta. Questiona a seguir o Senhor PEDRO RIBEIRO, que pergunta sobre a
40quantidade de olhos que há na Rede pois é um dado fundamental em relação ao Projeto apresentado,
41pois se não temos o profissional, temos de comprar consultas. Também se observa que não está sendo
42contemplada a população adulta, entre 18 anos e 70 anos. Manifesta-se a seguir a Conselheira ZILDA
43MARITNS, que pergunta se sobre a origem de parte dos recursos, que viria do Programa Estadual
44Município Resolve, isto será pactuado junto com o Conselho? Manifesta-se também a Conselheira
45HELOISA ALENCAR, que reforça a questão da contrapartida dos recursos. A Portaria é de janeiro de
462008. Estamos em 2009. Este período que se demorou para apresentar o Projeto foi por falta de recursos?
47O Senhor DENIS lhe confirma que sim, foram falta de recursos, da contrapartida. Hoje esta se sugerindo
48que esta contrapartida saia do Programa Município Resolve. Este é um Programa com recursos estaduais,
49sendo que a aplicação destes recursos tem de ter um plano de aplicação aprovado pelo Conselho
50Municipal de Saúde, que no caso não aconteceu, pois não sei nem se houve a elaboração do Plano.
51Manifesta-se a conselheira MARIA ENCARNACION, que pergunta quais serão os critérios para a
52distribuição destes óculos? Fala o conselheiro OLIR CITOLIN, que demonstra a sua preocupação com o

53 número impressionante de consultas especializadas marcadas e que os usuários não comparecem.
54 Também peço que o Gestor dê uma olhada em especial em duas especialidades, oftalmologia e traumatologia, que
55 são um verdadeiro caos, pois a demanda é muito grande. Em resposta o Senhor DENIS, diz que o
56 Programa busca inserir-se no Programa do Governo Federal e que este contempla estas três populações.
57 Precisamos sim construir outras políticas, para que se abranja toda a população. Concordamos que faltam
58 alguns dados a mais, pois precisamos contar com o apoio da Gerência de Regulação. Manifesta-se o
59 Senhor JAMES DA ROSA MARTINS, confirmando que a fonte proposta para a contra partida do
60 município é mesmo o Município Resolve e que poderemos sentar com o Conselho e fazermos o Plano de
61 aplicação. Volta a falar a Conselheira HELOISA ALENCAR, dizendo que o Gestor deve apresentar este
62 Plano de Aplicação e enviá-lo para o Conselho. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA,
63 encaminhando a leitura do Parecer e posterior votação. Teríamos como condicionantes a apresentação
64 de um Plano de Aplicação dos Recursos do Município resolve, a relação dos profissionais da Rede que
65 trabalham nesta área e a demanda reprimida. A Conselheira ELEN BORBA, faz a leitura do PARECER
66 09/09, referente ao Projeto Olhar Brasil, que vai para votação e é aprovado por 24 votos favoráveis,
67 nenhum contrário e 5 abstenções. Prosseguindo é apresentado o **parecer 012/09 – CEREPAL – Centro**
68 **de Reabilitação Porto Alegre. Prestação de Contas do Plano de Aplicação do 16º Semestre. Valor de**
69 **R\$ 8.510,28. Programa Solidariedade. Recursos do Governo do Estado do RS.** Não havendo
70 esclarecimentos a serem feitos é encaminhado para votação, sendo aprovado por 28 votos favoráveis,
71 nenhum contrário e nenhuma abstenção. Na continuidade é apresentado o **PARECER 013/09 –**
72 **HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS – Reforma do Centro de Material**
73 **Esterilizado. Valor previsto de R\$ 203.876,85.** É colocado em votação, sendo aprovado por 39 votos
74 favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Prossegue então a coordenadora MARIA LETICIA,
75 encaminhando a pauta da Plenária. A Conselheira MARIA ENCARNACION solicita uma questão de
76 ordem e pergunta à Coordenadora como está a questão da confecção das Agendas do Conselho. Solicita a
77 Senhora MARIA LETICIA que o representante do Gestor se manifeste sobre o questionamento da
78 Conselheira. Diz o senhor JAMES DA ROSA MARTINS que houve um problema com o Processo das
79 Agendas e está sendo reunida toda a documentação novamente para que se reencaminhe este processo.
80 Houve a perda do processo original. Retoma a pauta da Plenária a Coordenadora e solicita que o
81 Deputado HENRIQUE FONTANA faça parte da mesa. Agradece então a Senhora MARIA LETICIA a
82 presença do Deputado em nossa Plenária, o que nos honra muito, até porque já foi Secretário de Saúde no
83 Município de Porto Alegre, estando muitas vezes discutindo os problemas de Saúde da cidade. É bom
84 lembrar que o Deputado HENRIQUE FONTANA foi destacado pelo Departamento Intersindical de
85 Assessoria Parlamentar, que promove a escolha dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.
86 No ano passado, 2008, foi o Líder do Governo e então escolhido como o segundo parlamentar mais
87 votado entre os mais influentes do Congresso, tanto do Senado como da Câmara de Deputados. Na
88 verdade não é a escolha do Deputado mais bonito, mas o objetivo do DIAP é fornecer aos Movimentos
89 Populares e Sociais, uma radiografia dos principais interlocutores do Congresso Nacional. Então não é por
90 acaso que convidamos o Deputado HENRIQUE FONTANA para discutir temas importantes. E então
91 faremos o nosso “entenda o caso” como introdução à nossa discussão sobre a Emenda Constitucional 29.
92 Então, depois de sete anos de discussão sobre a Emenda Constitucional 169, com listas de assinaturas que
93 percorreram todo o Brasil. Era um Projeto do EDUARDO JORGE e do VALDIR PIRES. Foi uma
94 conquista de todos os que defenderam e defendem um SUS equânime, integral, universal e com controle
95 social. A partir daí a meta tem sido a defesa da regulamentação da EC 29, porque a definição de ações e
96 gastos em saúde é essencial para que os recursos públicos sejam investidos corretamente e que o controle
97 social sobre os aspectos econômicos e financeiros sejam assegurados e respeitados pelas três esferas de
98 governo. No final de 2007 a Câmara dos Deputados aprovou a regulamentação do Projeto da Emenda
99 Constitucional 29, a partir do Projeto de Lei Complementar 001/2003, do Deputado ROBERTO
100 GOUVEIA, em consonância com a Resolução 322/2003, do Conselho Nacional de Saúde, porém o
101 Senado derrotou esta proposta, com a queda da CPMF, que fazia parte do financiamento da Saúde. Agora,
102 a Câmara dos Deputados, aprovou novamente por meio do PLC 306-B, criando a CSS, que após tramitar
103 na Câmara, irá para o Senado. A CSS seria cobrada nos mesmos moldes da CPMF, com uma alíquota de
104 10,1% e a arrecadação totalmente direcionada ao Setor, com uma previsão de 11 bilhões, a mais para

105Saúde. Com relação à Emenda 7 também foi aprovada uma Emenda no Artigo 35 no Projeto de Lei
106Complementar 306, que regulamenta as EC 29, com o objetivo de reduzir as ações dos Conselhos de
107Saúde na fiscalização, deliberação e formulação das políticas de saúde, inclusive nos aspectos
108econômicos e financeiros. Então, esta Emenda nº 7 retira o dispositivo que condiciona os critérios de
109transferência de recursos fundo a fundo, à aprovação dos Conselhos de Saúde. Isto para nós já é uma
110tarefa árdua, que ficará pior, se for aprovado. E o nosso terceiro tema, que é a Medida Provisória 446/2008,
111que altera as regras para a concessão e renovação de Certificados de Entidades Beneficentes de
112Assistência Social e que permite que estas instituições tenham isenções. Esta medida provocou uma
113polêmica porque anistiou as Entidades Filantrópicas, inclusive àquelas suspeitas de irregularidades,
114denunciadas pela Polícia Federal, pela Operação Fariseu. Então seriam estes temas para abordar junto
115conosco. Posteriormente abriríamos para algumas intervenções. Propõe o Deputado HENRIQUE
116FONTANA, que se ouçam algumas intervenções e após ele se manifestaria sobre o todo. O conselheiro
117OSCAR PANIZ, inicia as intervenções dizendo que além dos temas propostos para que o Deputado dê
118sua posição, temos a questão das Emendas Parlamentares. Todos sabemos que as Emendas
119Parlamentares são um instrumento constitucional, mas tanto nós, deste Conselho Municipal de Saúde,
120como o Conselho Estadual de Saúde, como muitos outros Conselhos Municipais tem se manifestado e
121lutado para que se mude o mecanismo de relação destas Emendas Parlamentares. Sabemos que esta
122questão das Emendas tem um vínculo cultural muito arraigado, mas a nossa idéia aqui no Estado, ao menos
123na Saúde, é de que ao nível dos Conselhos Municipais de Saúde se pudesse discutir o destino das
124mesmas. No ano passado estivemos no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, onde o Senador
125PAULO PAIM esteve fazendo uma visita, e na oportunidade o questionamos sobre esta questão das
126Emendas. No caso dele comprometeu-se de quando houver destinação de algum recurso financeiro
127através de Emendas, de sua parte, para Porto Alegre, o mesmo será encaminhado ao Conselho Municipal
128de Saúde para que este faça a destinação da mesma. Desta forma, Deputado, gostaríamos de seu auxílio
129neste debate para que em momento oportuno pudessemos nos encontrar, junto com o Conselho Estadual
130de Saúde, com a Bancada Gaúcha, que sabemos, reúne-se uma vez por mês, aqui em Porto Alegre, para
131encontramos uma fórmula de melhor destinarmos estes recursos para a Saúde. Entendemos que caso os
132deputados discutam com as comunidades os destinos destas Emendas, somente terão a ganhar, pois a
133sociedade valorizará ainda mais aquele deputado que for buscar uma aproximação nesta definição de
134onde direcionamos os recursos advindos de Emendas Parlamentares. Manifesta-se então o Deputado
135HENRIQUE FONTANA, cumprimenta primeiramente, de forma carinhosa e respeitosa, a cada um dos
136conselheiros e conselheiras que participam deste Conselho. Quando participo de uma reunião de Conselhos
137Estaduais ou Municipais de Saúde, sempre gosto de fazer esta fala porque aqui estão cidadãos e cidadãs,
138que dedicam parte de sua vida, de forma absolutamente graciosa, no sentido do comprometimento que tem
139na construção de um Sistema de Saúde, de uma Política Pública, que vai atender a toda a população de
140uma cidade, de um estado ou de um país. Então, todo o Conselheiro, na minha opinião, dá um exemplo de
141participação cidadã. Dá um exemplo de comprometimento de um tipo de Gestão, de Política Pública, que é
142aquilo que nosso país precisa. Início cumprimentando a Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde,
143a MARIA LETICIA, que há muitos anos é minha amiga. Nós conhecemos antes de eu ser Secretário,
144vereador, dentro CIMS (Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde). Estou muito feliz de estar ao
145teu lado e te ver dirigindo o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. Cumprimento também o
146OSCAR, outra pessoa que luta pela Saúde Pública há muitos anos. Cumprimentar ao JAMES, que aqui
147representa o Gestor. Aos conselheiros, não me arrisco a cumprimentos pessoais, pois tenho muitos amigos
148aqui presentes. Cumprimento a dois. Primeiro a MARIA IVONE DILL, que além de ser companheira de
149luta na Saúde Pública, foi minha paciente no Posto de Saúde da Vila Jardim e o Vereador CARLOS
150TODESCHINI. Também cumprimento o amigo ANTONIO LOSADA. Tentarei tratar de forma rápida os
151temas sugeridos pela Coordenadora MARIA LETICIA. Primeiro sobre a EC 29. Sempre que alguém fala
152que a Saúde Pública já tem recursos demais para o seu financiamento, podemos propor somente uma
153comparação para desmontar este discurso. É perguntar à esta pessoa qual é o seu Plano de Saúde Privado
154mais barato que ela conhece. Quanto aquele plano cobra de cada pessoa, por ano? Fazer a lista de tudo o
155que aquele Plano não atende, porque ele exclui boa parte das necessidades da saúde da população e ai
156comparar com o valor que nós temos para cada habitante brasileiro, para garantir o Sistema Universal de

157Atenção Integral a Saúde. Comprovaremos nesta hora, que a eficácia, a eficiência, da gestão pública na
158saúde é muito maior que a gestão privada. A saúde pública faz muito mais com o mesmo volume de
159recursos do que a gestão privada. Sabemos que a gestão privada tem o papel de ser complementar nos
160serviços de saúde. Não tenho nada contra o Sistema Privado de Saúde, desde que de fato seja um Sistema
161em que o cidadão somente acesse por livre e espontânea vontade e não porque acesse, pois não encontra
162todo o volume necessário de serviços pelo SUS. Temos sim que buscar mais recursos para a Saúde
163Pública. Acho que um dos maiores crimes que foram cometidos contra a Saúde Pública no Brasil, contra a
164população de nosso país, foi o momento em que se derrubou a CPMF no Senado Federal. Primeiro,
165porque para 95% de população o valor que ela pagava para a CPMF era infinitamente inferior ao volume
166de serviços que ele receberia em saúde, para melhorar sua condição de vida. E uma pequena elite da
167população pagava mais CPMF e evidentemente não tinha interesse em manter porque não usufruía, não
168precisa, não procura, o Sistema Único de Saúde. Então, temos que regulamentar a Emenda 29, e não nos
169adianta dizer que nós vamos colocar X% do PIB, ou isso, ou aquilo, se não temos a fonte efetiva para
170financiar. Então, ao votar a EC 29, nós queremos votar um acréscimo no orçamento federal da saúde de
1710,1%, de toda a movimentação financeira no país, que a estimativa hoje é de que dê em torno de 11
172bilhões de reais por ano. Alguns que quiseram criticar a aprovação desta matéria disseram o seguinte: “
173não, vão arrecadar estes 11 Bi e irão tirar do outro lado como fizeram no passado com a CPMF”. Não é
174verdade, a redação do texto é clara e ela diz como se calcula o Orçamento Federal da Saúde a partir da
175aprovação da EC 29. Se pega tudo o que foi gasto no ano anterior. Se corrige pelo PIB nominal do país,
176como é corrigido o salário mínimo hoje, ou seja, inflação mais o crescimento da economia.. Neste ano
177seria 12%. E a este montante se acrescenta o 0,1% de arrecadação da CPMF. Isto é recurso novo para o
178Serviço de Saúde. Por fim, a EC é muito importante porque ela regulamenta o que se gasta em saúde,
179porque os 15% municipais e o crescimento pelo PIB nominal tem sido fraudado pela inclusão de
180despesas, que não são as despesas efetivas na saúde. Agora, sobre o Orçamento Federal e Emendas, quero
181dizer que sou contrário a Emendas Parlamentares. O ideal seria que se acabassem com elas. Porque um
182parlamentar, seja deputado ou senador, tem como papel em seu trabalho o debate sobre as grandes
183diretrizes do Orçamento do País, além de todas as outras coisas que temos obrigação de fazer. Debater as
184Diretrizes gerais do país é dizer o seguinte: “precisamos reduzir gastos em tal setor para melhorar o
185orçamento da saúde em X milhões de reais”. E não decidir se com estes X reais nós vamos construir um
186Posto de Saúde 24 horas na Restinga ou na Bom Jesus. Ou para a cidade de Farroupilha ou para a cidade
187de Não Me Toque. Isso quem tem de decidir é a gestão da saúde, em cada estado e em cada município.
188Então, o deputado tem de debater os grandes temas nacionais. Sabemos, como todos conselheiros sabem,
189que os orçamentos, na gestão pública, são escolhas. São recursos limitados para demandas muito maiores.
190Por isso, quando diziam, de maneira cínica, no período de debates da prorrogação da CPMF no Senado,
191que na verdade o governo estava cheio de dinheiro, que havia dinheiro sobrando. Eu pergunto: mas estes
192cidadãos que diziam isto moram nos bairros da periferia das grandes cidades? Eles conhecem o volume de
193ruas que não tem rede de esgotos e saneamento e que não tem uma pavimentação na frente de casa? Eles
194sabem o volume de pessoas que aguardam numa fila para fazer o exame que precisa ser feito? Então o
195conceito de sobra de recursos é um conceito elitizado. É um conceito de quem mora num bairro que tem
196toda a infra-estrutura, que não precisa do essencial. Vai procurar o SUS quando tiver um caso grave.
197Quando precisarem de um transplante, pois aí seu plano de saúde não os contemplará. Então, voltando
198para o Orçamento e as Emendas, enquanto elas existirem eu quero me comprometer aqui. Acho que é
199muito positiva a iniciativa do Conselho Municipal de Saúde. Penso que o Conselho poderia fazer o
200caminho inverso. Poderia chegar a conclusão que a maior necessidade para a população de Porto Alegre
201neste momento é reformar ou construir uma Unidade de Saúde na região tal, ou equipar o serviço “X”, ou
202qualificar o Programa de Prevenção “Y”, que custa 1 milhão de reais e nos queremos apoio dos Deputados,
203para que eles assinem a Emenda dentro da diretriz que foi debatida no Conselho Municipal de Saúde. Se
204tivermos que fazer uma reforma no PACS, cada deputado assina uma Emenda de 300 mil reais. Teremos
205ali seis ou sete deputados e teremos 2 milhões de reais para fazermos uma reforma naquele prédio. Isto
206fica sendo uma conquista do debate que o Conselho fez. Tudo isto é dinheiro público. Quando o deputado
207assina Emenda não está fazendo favor para ninguém. Está simplesmente destinando dinheiro público dos
208impostos que nós pagamos. A questão das filantrópicas. Porque que o governo federal teve de assinar a

209Medida Provisória? Qual era o sistema de concessão de Certificados de Filantropia? Era o seguinte. A
210Entidade solicita o Certificado, que era encaminhado para o Conselho Nacional de Assistência Social.
211Este, de uma certa forma, pode-se comparar ao Conselho Municipal de Saúde. Os conselheiros são
212voluntários. Têm uma estrutura de assessoria para analisarem estes processos. O que começou a
213acontecer? Não havia estrutura real e efetiva do Conselho para examinar os milhares de processos que
214entravam no Conselho. Então, quando havia um questionamento da Receita Federal, da Polícia Federal,
215do Ministério Público, sobre uma eventual irregularidade cometida por uma Entidade Filantrópica, e aqui
216abro um parênteses para dizer que temos de ter cuidado para não confundir um conjunto de entidades
217filantrópicas que fazem um trabalho sério, importante, de participação nos serviços de saúde, educação e
218assistência social, com as entidades que fazem o que nós apelidamos de “pilantropia”. Precisamos
219diferenciar o joio do trigo. Na democracia há uma regra que eu vou defender sempre: “até que transite em
220julgado, a presunção da inocência é um direito de todo o cidadão e de qualquer entidade”. Criou-se um
221sistema, que é uma gincana. O que acontecia.? Estas entidades, as mais picaretas, muitas delas, tem
222advogados de enorme capacidade .Porque tem dinheiro grosso para pagá-los. Eles, portanto, criaram uma
223gincana interminável de recursos, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social e isto tramitava
224durante quatro ou cinco anos, e não se conseguia concluir um julgamento que pudesse cassar o
225Certificado de Filantropia. Fora o sistema de corrupção, que apareceu durante as investigações do
226Ministério Público, envolvendo também conselheiros. Temos que ter presente que temos médicos bons e
227ruins, políticos honestos e corruptos. Professores bons e ruins e também existe representação da sociedade,
228boa e ruim. E eu sempre achei um absurdo que um volume de isenção tributária, como é concedido dentro
229da filantropia, fosse decidido neste sistema. O que fez o nosso governo? Tomou uma decisão de que serão
230servidores públicos, funcionários de carreira, que irão decidir, com a responsabilidade que eles têm, cada
231um em sua área. Haverá a divisão para a saúde, no Ministério da Saúde, educação, no Ministério da
232Educação e assistência social, no Ministério do Desenvolvimento Social. Este colegiado de servidores,
233que serão trocados de tempos em tempos, terão a fê publica de assinar os laudos que dirão se esta
234entidade é filantrópica ou não. O Conselho continuará com seu papel, atuando, fiscalizando se as políticas
235de assistência social no país estão em andamento. Fazendo todas as atividades que não seja a concessão
236do Certificado. E neste meio tempo o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão através da Súmula
237Vinculante, diminuindo o período decadencial de dez para cinco anos. Isto significa que em 31 de
238dezembro passado teríamos em torno de 1.300 entidades que perderiam o Certificado. Por falta de
239capacidade de análise do sistema público de análise. E nestas 1.300 poderiam ter uma 50 que estamos
240interessados que percam o certificado mesmo, mas poderiam as outras tantas, que prestam um serviço
241correto, perderem o Certificado. O que acontece agora? Simplesmente foi prorrogado o Certificado de
242Filantropia. Mas se a investigação, daqui a cinco ou seis meses, comprovar que a Entidade tal está
243envolvida em falcatruas, será cassado seu certificado. Paga pelo que deve. Sobre a questão da ULBRA, o
244seu Certificado não foi reativado. Ela estava naquela situação das que tinham recursos. Tinham perdido em
245determinadas instâncias, mas tinham recursos, de tal maneira que o, mesmo garantia à ela,
246temporariamente a manutenção do Certificado. Outra coisa. A Receita Federal antes se percebia uma
247irregularidade no cumprimento dos preceitos que devem ser seguidos para manter a filantropia podia
248mandar para o Conselho Nacional de Assistência Social o pedido de cassação daquele certificado. Se
249ficasse ali por três anos, sob análise, a Receita não podia cassar o Certificado. No sistema novo ela pode.
250Sobre a Reforma Tributária, tem uma preocupação que tem sido debatida no setor de Seguridade Social
251que é a retirada progressiva do percentual de contribuição sobre a folha de pagamento, que cairá, se for
252aprovada a reforma, de 20% para 14%, sendo 1% ao ano. Primeiro, porque que é a opção que está na
253reforma que eu defendo, que é de diminuir a tributação sobre a folha de pagamentos? Porque este tipo de
254tributação que vai financiar a Previdência é uma tributação injusta, porque as empresas que tem um nível
255de empregabilidade maior, ou seja, uma empresa que fatura 50 milhões por ano, e para faturar isto gera 5
256mil empregos. Por outro lado temos outra empresa que atua no mercado financeiro, ela fatura os
257mesmos 50 milhões, mas com cem funcionários. Na verdade esta segunda empresa tem um subsídio na
258área da previdência. A idéia é de que a tributação para a seguridade incida sobre o faturamento das
259empresas, por ser mais justo. A seguridade não perderá nenhum centavo. Tem um artigo que garante isto.
260Haverá a garantia que o recurso que cobre esta diferença virá de uma outra fonte que é o Imposto de

261 Valor Agregado (IVA). Pela Lei de hoje, pouco importam as fontes. No caso da saúde, por exemplo, temos
262 um pensamento baseado no crescimento do PIB normal. Este assunto tem uma relevância maior porque
263 muitas vezes se manipula o conceito de déficit previdenciário. E sobre esta Emenda 7, que reduz ou retira
264 o papel dos Conselhos de Saúde, confesso que não me considero em condições de falar sobre ela. Já ouvi
265 um certo debate sobre isso. O Relator da EC 29 é um deputado Federal muito comprometido com o SUS,
266 que é o Deputado PEPE VARGAS. Acho muito difícil que ele deixe passar, mas me comprometo a ver
267 mais de perto a redação da Emenda 7. Se contém algum risco, pois tudo o que queremos é diminuir
268 qualquer tipo de papel, força, efetividade, dos nossos Conselhos e do Controle social. Retoma a
269 Coordenadora MARIA LETICIA, encaminhando as intervenções, que inicia com a conselheira Dra.
270 ADRIANA ROJAS, do Sindicato Médico, que diz, todos nós fazemos parte de uma sociedade e que
271 somos o reflexo dela. Por isso me deixa triste dizer que quando a coisa não dá certo ser a culpa das elites
272 opressoras. Acho que já passamos desta fase. Sobre a CPMF, diria que ela não foi derrubada pela elite,
273 mas sim pela classe média, que está cansada de pagar imposto. Nós cansamos. Foi uma demonstração
274 que a sociedade deu, de que não quer mais pagar imposto e não ter retorno. E concordo com o Deputado
275 que a verba da saúde é enorme, sim. A elite inclusive tem direito de fazer transplante. Não sou da elite,
276 mas todos nós temos direitos. O SUS é universal. O problema é que o desvio da verba para a saúde. é
277 muito desvio. Manifesta-se o conselheiro OLIR CITOLIN que dirigindo-se ao Deputado HENRIQUE
278 FONTANA, solicita que o mesmo leve ao Presidente da República, pois nós não temos a mínima chance
279 de chegar perto dele, e falo até em nome daqueles pobres e miseráveis da Vila Maria da Conceição. Diga
280 à ele que nunca, neste governo, e no outro, os ricos ganharam tanto dinheiro. E nós nunca ficamos tão
281 pobres, como estamos ficando agora, por mais que se crie Bolsa Família, e outros incentivos. E os juros,
282 porque não baixam os juros. Quantos milhões de empregos poderiam ser gerados se pudéssemos consumir
283 bens como geladeira, televisão. Mas tem de baixar os juros. Então, leve esta preocupação pois assim
284 teremos mais trabalho, não teremos recessão. Fala a seguir o senhor ALBERTO TERRES. Primeiramente
285 agradeço a coordenação do Conselho por trazer até aqui o Deputado HENRIQUE FONTANA, pois isto
286 demonstra o processo de crescimento e articulação do próprio Conselho, nos últimos tempos. Este
287 Conselho tem demonstrado à sociedade de Porto Alegre uma capacidade de articulação importante, que
288 tem deixado a marca nesta cidade, de alguns atos. Cito a questão dos Implantes Intradérmicos, que foi
289 implantado no município de Porto Alegre, para ser laboratório da periferia da cidade. O Conselho se
290 levantou e foi contra este tipo de processo. Assim como o fechamento do PACS, dos PSFs, houve uma
291 Audiência Pública para discutir a Saúde Mental em Porto Alegre. O Conselho também não aprovou Cinco
292 Relatórios de Gestão. E não o fez apenas por reprovar, mas sim porque a Política de Saúde não está sendo
293 implementada. Então, este Conselho está de parabéns por trazer o Deputado para fazer estes
294 esclarecimentos para este Conselho. Quero reforçar aqui esta proposta do OSCAR sobre as Emendas
295 Parlamentares, que é uma forma de fortalecer os Conselhos, como o movimento social. E uma forma de os
296 Deputados contribuírem neste fortalecimento. E entendo também que esta luta nossa é contra estas elites
297 opressoras. Temos sim, neste país, elites opressoras, que são meia dúzia de pessoas que acabam tendo
298 condição de pagar o atendimento, mas na hora de pagar um exame caríssimo apelam para o SUS.. Temos
299 elites opressoras neste Estado. Temos o governo do Estado que não aplica o que deveria na Saúde, pois
300 desvia, aplicando em outras áreas. Este Conselho está de parabéns, pois são pessoas abnegadas, que estão
301 aqui e ficam aqui no dia-a-dia. Nós estamos de parabéns. Fala a seguir a conselheira CLAUDIA
302 FELDMANN, do Sindicato dos Enfermeiros, registrando a satisfação de estar o deputado aqui, pois
303 lembro-me de nosso primeiro contato quando da implantação das Equipes de Saúde da Família em 1996.
304 Sobre as Emendas Parlamentares, deixamos também aqui a posição do Sindicato de que o dinheiro da
305 saúde tem de vir para a saúde. Não conseguimos aceitar que este dinheiro vá para outros locais. Porque
306 não passam então pelo Conselho. Outra questão é sobre a filantropia da ULBRA, que foi concedida
307 recentemente. O que sabíamos é de que ela havia perdido a filantropia. Gostaria de melhor entender esta
308 história. Fala a seguir o Conselheiro ANTONIO LOSADA, do Conselho Distrital Sul-Centro Sul. Saúdo a
309 direção do Conselho pela presença do Deputado HENRIQUE FONTANA, e tenho boas lembranças pela
310 sua passagem como Secretário da Saúde de Porto Alegre. Lembro sobre a ampliação do Lar Santo
311 Antonio, na questão dos terrenos. Somente foi possível devido a atenção que nos foi dada pelo
312 HENRIQUE na época. Sobre as intervenções feitas, estas traduzem a angústia do Controle Social, do

313 Conselho Municipal de Saúde, para sobreviver, politicamente e organicamente. É muito difícil. Temos
314 atualmente na Prefeitura de Porto Alegre uma Política de Saúde que faz um enfrentamento muito grande
315 e por gente que está no campo do Centro. Esta questão das Emendas, realmente é uma vergonha. Elas
316 andam de acordo com o interesse das Prefeituras. Quantos recursos foram de volta, por falta de interesse
317 dos Gestores. Às vezes nem o próprio autor da Emenda toma conhecimento da aplicação do recurso. O
318 próprio Conselho não tem conhecimento da tramitação deste recurso. Prosseguindo manifesta-se o
319 conselheiro PAULO GOULART do Conselho Distrital Noroeste, que saúda o Deputado HENRIQUE,
320 lembrando de sua atuação na implantação da Unidade de Saúde da Vila Floresta em 1996. Sobre a
321 ULBRA, questiona sobre a dívida, o valor da mesma. É independente da isenção? Fora o que devem para
322 a Prefeitura. Diz-se que estariam trocando por serviços. E fazer um pedido, em nome dos aposentados, de
323 que o senhor erga a sua voz pois com 5,9% de aumento e para terminar com os velhinhos. Manifesta-se a
324 seguir o Dr. CARLOS CASARTELLI, Diretor do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, saudando
325 a presença do Deputado HENRIQUE FONTANA. Cumprimento ao Conselho também, e vou tocar em
326 dois pontos. Primeiro sobre as Emendas Parlamentares que também sou contra as mesmas, mas elas
327 existem. Proponho ao Conselho, pois mais do que ele ninguém conhece os Serviços de Saúde de Porto
328 Alegre, e aqueles Serviços que conseguem executar aquilo que se propõe. Proponho então que o Conselho
329 Municipal de Saúde, discutindo com os Serviços, apresente as propostas e então encaminhe aos
330 Parlamentares as solicitações das Emendas. Eu me proponho a isso. Outra coisa é em relação ao
331 QUALISUS, que acho importante que o Conselho de Saúde também seja ouvido pois ele também conhece
332 os serviços que deveriam entrar para este Programa. Falo isso, pois, pelo Hospital Presidente Vargas,
333 tentamos entrar para o QUALISUS, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, via parlamentares e
334 outras pessoas e não conseguimos, pois não temos o critério que outros serviços tem. Então, penso que o
335 Conselho deveria ser ouvido em relação tanto ao QUALISUS, quanto as Emendas Parlamentares.
336 Manifesta-se a seguir o Vereador, CARLOS TODESCHINI, que cumprimentado a todos diz ao Deputado
337 HENRIQUE FONTANA, que é defensor do SUS, acredita, aposta nele, mas temos insuficiência de
338 recursos pois precisamos mais pessoal, por exemplo, para dar conta da demanda. Para isso tínhamos a
339 CPMF, que arrecadava 42 bilhões por ano. Aquilo que era pego de sonegação eram mais 40 bilhões, que
340 ia para o caixa do governo e era um efeito indireto muito importante. Pegava os criminosos, sonegadores,
341 todos estes que passam por fora e não pagam nada. Era um efeito fundamental. Esta proposta de 0,1%
342 prevêem uma arrecadação de 11 bilhões anuais. Para quem acredita no SUS, temos que ter um Sistema que
343 tenha condições de ser Pleno, efetivo. Com a qualidade que todos nós sonhamos e desejamos. A pergunta
344 que se faz é de que se estes 11 bilhões irão dar conta de qualificar e universalizar ainda mais e atender as
345 necessidades, como todo mundo tem a expectativa. Estamos substituindo por uma quarta parte da
346 arrecadação. Manifesta-se novamente o Deputado HENRIQUE FONTANA, que primeiramente registra
347 novamente a alegria de estar aqui e agradece as pessoas. O CASARTELLI colocou este desafio do
348 Presidente Vargas entrar no QUALISUS. É um assunto que estou conhecendo hoje. Disponho-me a tratar
349 com o Conselho aquilo que estiver ao meu alcance. Intuitivamente parece que Presidente Vargas preenche
350 as condições para estar dentro do QUALISUS. O Conselho pode encaminhar uma solicitação e a gente
351 participa deste esforço, que é o mínimo que o parlamentar pode fazer, pois ele tem um poder relativo, mas
352 pode organizar reuniões, abrir portas, ir junto com a sociedade. O TODESCHINI e a ADRIANA falam
353 sobre o tema da CPMF. Primeiro um dado que pode não parecer novidade, mas pode esclarecer. A CPMF,
354 até o dia em que foi derrubada, no final do ano de 2007, a metade da arrecadação dela ia para a saúde e
355 outra metade ia para outras políticas sociais. Tínhamos 20 bilhões de reais que faziam parte do orçamento
356 da Saúde. As circunstâncias que aqueles que votaram pelo fim da CPMF, deixaram a Saúde Pública, foi
357 retirando 20 milhões e por outro lado impedindo a saúde de conquistar outra fonte, pois o compromisso
358 estava na Lei, claramente, de que toda a CPMF passaria para a Saúde. Haveria a injeção de mais 20
359 bilhões. Só que além de impedir a injeção de 20 bi, ele tirou 20 bi. Ai o governo teve de buscar de outras
360 fontes para repor. E quando se dizia que havia dinheiro sobrando, quero ver o que vão dizer agora, pois no
361 mês de janeiro, fruto de uma crise que vem de fora, que foi a quebra do sistema financeiro global, fruto de
362 uma brutal irresponsabilidade, que nós não temos nada a ver com isso e vamos pagar a conta, a
363 arrecadação do Brasil vai cair em torno de 6%.. Vejam a complexidade que teremos que administrar. Digo
364 com franqueza para a ADRIANA, que não é uma questão de querer brigar ou não. É uma análise de uma

365circunstância real, e que acho que o que moveu os senadores para derrubar a CPMF foi um raciocínio
366elitista. Porque uma coisa é discutir a política tributária. Podemos achar que o sistema tributário atual,
367como eu acho, não é o melhor. Mas outro cuidado que temos de ter, ADRIANA, que é um pouco diferente
368do que expressaste aqui, é o discurso genérico de que o brasileiro paga muitos impostos, mas que na
369minha opinião não é um bom discurso, pois tem alguns brasileiros que pagam menos impostos que
370deveriam pagar, pois até hoje não se conseguiu taxar as grandes fortunas no Brasil. O que é um absurdo. E
371tem gente que deveria pagar menos impostos. Recentemente o Governo Federal alterou a tabela de
372imposto de renda para beneficiar as camadas de mais baixa renda. O problema essencial da CPMF é de
373que ela exercia um papel fiscalisatório. O grande lobby para derrubar a CPMF, foi de parte da classe
374média, que exerceu um papel sem perceber o que estava exercendo. Porque quem não sonega impostos,
375tem todo interesse que a fiscalização seja o mais rigorosa possível, pois quando aquele que está sonegando
376passa a pagar imposto aí tu pode diminuir o imposto de quem paga muito hoje, ou aumentar os
377investimentos públicos, que vão beneficiar a população pobre. Eu fiz um debate, sendo eu de um lado e o
378PAULO SCAFF, que é o Presidente da FIESP, do outro. Eu disse, ter um salário privilegiadíssimo, de R\$
37916.700,00 reais. Contribuo com meu Partido, com o Imposto de Renda, etc sobrando R\$ 10.000,00 reais.
380Será que uma pessoa como eu não poderia pagar R\$ 60,00 reais por mês para garantir o volume de
381serviços públicos a serviço de toda a população? Nesse sentido é que disse, na minha opinião, é de que
382houve uma disputa no campo tributário, marcado por uma visão elitista e mesquinha. E concordo com uma
383parte também do que a ADRIANA falou, que o tema dos desvios é um tema que tem nos desafiado
384permanentemente. Temos de combater em todas as pontas, inclusive e o corruptor, aquele que aceita a
385corrupção. Porque a rede de corrupção não nasce somente por ter um servidor público, por exemplo,
386envolvido com a corrupção, ou de um deputado desonesto que se envolve com a corrupção. Ela nasce
387também de quem tem interesses econômicos poderosos, que fazem do ato de corromper uma forma de ter
388ganhos fáceis. Sou autor de um Projeto de Lei, na Câmara Federal, que não conseguimos aprovar ainda,
389que tipifica o crime de corrupção, para as pessoas jurídicas. Ao tipificá-lo, a empresa que participar de um
390ato de corrupção terá uma série de punições, que podem chegar, inclusive, a expropriação de seu
391patrimônio para devolver o dinheiro que foi desviado. Hoje não existe a tipificação do crime. O tema que
392o CITOLIN e o PAULO colocam, o tema dos aposentados é uma reivindicação justíssima. Eu talvez não
393fale tanto publicamente quanto fala o Senador PAIM, em que apoio a causa, porque de fato dedico a
394minha pressão nas discussões internas, que fazemos dentro do governo, para ampliar o reajuste dos
395aposentados, que ganham mais do que o salário mínimo. Como Líder do Governo ou eu convengo o
396governo que nós podemos sair de 6% para 8% , 9% ou 10%, ou eu não posso fazer este debate
397publicamente pois participo das reuniões, das negociações que definem este limite. Mas acho que dá para
398você compreenderem que se o recurso existisse de fato, o primeiro que gostaria de elevar 5.9% para 8%,
3999% ou 11%, seria o próprio Presidente, pois ele tem um compromisso enorme com as Políticas Sociais e as
400necessidades, preferencialmente dos mais pobres, tanto que a Política do Salário Mínimo que temos foi
401introduzida neste governo, que é o índice da inflação, mais o ganho da economia.. E sobre os juros
402bancários, também concordo com o CITOLIN que a taxa de juros é muito alta e os bancos ganham
403muito. Nesta minha experiência política quero dizer à vocês que a correlação de forças é muito dura. Para
404a representante do Sindicato dos Enfermeiros quero dizer que sobre a terceirização dos PSFs, da forma
405como está é inaceitável. Hoje não podemos fazer este debate, mas digo para vocês que sou favorável a
406aprovação do Projeto que cria as Fundações Públicas de Direito Privado. Sei que este Projeto recebe
407críticas, mas defendo, pois hoje temos milhares de terceirizações, no Brasil inteiro, com grau de
408precarização absoluto. Prefiro ter uma regra geral, onde irá ter concurso público para contratar pessoas
409para o Hospital “X”. Que tenham regras que garantam o emprego, não como aconteceu aqui em Porto
410Alegre, algo absurdo, com as pessoas sem saber o que fazer. Entra uma instituição que ninguém sabe
411quem é. Sobre a questão da ULBRA eu não tenho certeza, e precisamos ir atrás de mais dados. Aquilo que
412chamam de uma dívida que a ULBRA tinha e que teria simplesmente sido anistiada, na realidade, na
413compreensão que eu tenho, é uma dívida acumulada sobre a qual ela tinha recursos, ou seja, não havia o
414trânsito em julgado dizendo “a ULBRA deve isso e tem de pagar amanhã”. Eu entendo que do jeito que
415ficou, daqui a seis meses, neste novo sistema, se ficar comprovado que há irregularidade, esta dívida volta
416e é cobrada. Este caso da ULBRA tem que ter uma “tomografia computadorizada” dos mínimos detalhes ,

417de tudo o que está ocorrendo na ULBRA. Era isso então. Quero dar um abraço forte a todos vocês. Meu
418respeito, novamente, pelo trabalho que vocês todos fazem aqui no Conselho de Saúde. Comprometer-me
419com todas as nossas pautas. Em ajudar. Podemos, LETICIA, manter contato permanente. Sobre os
420diversos temas. Um abraço grande. A coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA
421agradece a presença do Deputado HENRIQUE FONTANA, que enriqueceu muito o nosso debate e
422registrar que temos marcado para Março um Seminário para discutir as Fundações Estatais de Direito
423Privado, que contará com a presença do Deputado PEPE VARGAS. Dia a 14 de março próximo. E
424também registrar que estaremos em Brasília, em data a ser definida, para receber o Premio Sérgio Arouca,
425onde a HELOISA ALENCAR apresentou um trabalho sobre o processo de capacitação que foi
426desenvolvido por este Conselho, que foi um dos agraciados com o Prêmio. Mais um trabalho da TELIA
427NEGRÃO e da NEUSA HEIZELMANN, sobre os Implantes Intradérmicos e mais um trabalho sobre
428Conselho Gestor, apresentado pela LISIANE, do GHC. Comunicaremos-lhe a data, para contarmos com
429sua presença. Passamos agora para os informes. Inicia-se com a VIVIANE, que é estudante de Serviço
430Social da PUC. É a primeira plenária que assisto e venho fazer uma solicitação pois estive visitando uma
431colega, que é conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social, que sofreu uma cirurgia e está
432internada no Hospital Conceição. Está num quarto com mais quatro pessoas. No quarto em frente que ela
433está, há um apenado internado e o pessoal da SUSEPE, que dá a segurança, faz muito barulho, não
434deixando os doentes descansarem. Foi feita uma reclamação para as enfermeiras, não somente quanto a
435isso, mas quanto as condições físicas do hospital e o que foi respondido pela coordenação das enfermeiras
436é de que isso iria ficar somente no papel. Então gostaria de ver de que forma poder-se-ia intervir nesta
437questão. Fala a seguir o Conselheiro PAULO GOULART, que sobre o caso apresentado pela VIVIANE,
438pegará todos os dados, pois é membro do Conselho Gestor do GHC e verificará o ocorrido. Mas queria
439me dirigir ao Senhor JAMES, pois temos um problema sério, que passou ano, entrou ano novo e
440continuamos com o problema, com o medicamento omeprazol. Faltou por quatro meses e quando chegou
441vieram poucas embalagens, com um pouco mais de cem comprimidos. O Sulfato Ferroso também não tem
442ido. Isto está acontecendo no Posto da Vila Floresta. Outro problema é sobre as ecografias. Uma pessoa
443comentou comigo que está aguardando há oito meses. Outra pessoa, com problema de tireóide lhe
444disseram que no mínimo seis meses para fazer ecografia. E também quero informar sobre a Emergência
445do Conceição. Recebemos a informação que neste ano, o dia que teve menos atendimento, teve 534
446pacientes atendidos. Houve um dia que foram atendidos 1.206. Os funcionários não querem mais trabalhar
447na Emergência. Estão solicitando transferência. Outro dado importante é que somente nos primeiros 48
448dias deste ano, somente de Alvorada, foram atendidas 2.395 pessoas. Onde está a Gestão? Prosseguindo
449manifesta-se a Conselheira REJANE HAIDRICH, comunicando o falecimento da Senhora MARIA INÁ,
450uma antiga liderança do Eixo-Baltazar. Fala a seguir a conselheira PAULA GUNTZEL, que faz um
451convite, em nome da Comissão de Saúde Mental, para que quem puder que participe da próxima reunião
452que será no dia 3 de março próximo, neste auditório. O conselheiro o OSCAR, aproveitando a
453manifestação da PAULA, diz ter conversado com esta e perguntou sobre a SILVIA GIULIANI. Disse a
454PAULA que possivelmente agora em março a SILVIA deverá voltar a frequentar este Conselho. Fala a
455seguir o conselheiro JOÃO BATISTA FERREIRA. Diz que sofreu um acidente na perna e tendo que ir
456na Unidade Santa Tereza, foi muito mal atendido, ao fazer o curativo. Quando cheguei lá tinha uma
457pessoa fazendo limpeza na sala de curativo e eu pedi que ela se retirasse pois não é certo fazer curativo
458com alguém fazendo limpeza. Esta é a capacitação que dão para as pessoas? Na parede havia um mofo
459preto. Visitei outros PSFs e é a mesma coisa. Manifesta-se a seguir o senhor PEDRO RIBEIRO,
460Coordenador do Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal. Que referindo-se ao que o Senhor JOÃO
461BATISTA falou, tem constatado isso mesmo, pois tem visitado 100% dos Postos de Saúde do Distrito,
462em função do Pró-Saúde. Muitos deles estão em péssimas condições de higiene, com infiltrações de
463umidade. Na terça feira tivemos reunião do nosso Conselho Distrital, e a pauta foi a Saúde Mental, onde
464tiram os alguns encaminhamentos. Com alguns Conselhos Profissionais, fizemos uma análise sobre as
465condições técnicas. Infelizmente, ADRIANA (dirigindo-se a Conselheira do SIMERS), nossos colegas
466médicos que lá trabalham não participam. Seria interessante fazer uma pauta com aqueles colegas para
467dizer-lhes da importância em participar do controle social. Uma última coisa é sobre a FADERGS. Falei
468hoje com sua direção, e é um assunto que ainda está pendente. Conforme seu diretor a Secretaria ainda

469 não se manifestou e eles irão começar a transferir, no fim do mês os funcionários. A ANA LOVATTO e o
470 Dr. NICOLAU ficaram de fazer alguma coisa. Nada aconteceu. Neste momento FADERGS esta fazendo
471 uma outra ação no município, com a Secretaria da Educação do Município, e está andando. Seguindo fala
472 o Conselheiro OSCAR PANIZ, registrando que saiu o Edital da Eleição do Conselho Distrital da
473 Restinga. Foi lançado nesta segunda feira, lá na Restinga, com a presença da Conselheira ELEN BORBA,
474 e do JOSÉ CARLOS VIEIRA, representando o Conselho. A eleição está marcada para 12 de março.
475 Manifesta-se a seguir a conselheira MARIA ENCARNACION, que dirigindo-se ao Sr. JAMES,
476 representante do Gestor, relata sobre paciente que deveria realizar dia 27 de janeiro cirurgia no Hospital
477 Petrópolis, mas que não pode fazê-la pois foi cancelada. Segundo o Hospital, por ordem da a Vigilância
478 Sanitária. Conforme o Administrador do Hospital Petrópolis eles estariam aguardando um engenheiro da
479 Vigilância para liberar o gerador, onde teria havido problema. Conforme este Administrador, quando
480 houvesse a liberação eles avisariam os usuários. Gostaria de saber como funciona isto? Outra questão é o
481 Centro de Saúde Bom Jesus, O Pronto Atendimento. Está uma vergonha. As pessoas estão aguardando
482 em torno de dez horas. Marca de manhã para ser atendido à noite. Nos informaram que ficará apenas um
483 médico no PA, no Plantão, para a atender toda aquela região. Fala o conselheiro JOSÉ CARLOS VIEIRA,
484 que inicia relatando que no dia de ontem um grupo de pessoas visitou as áreas onde será construído o
485 Hospital da Restinga e onde provavelmente serão instaladas algumas Equipes de Saúde da Família.
486 Lembro também que no dia 12 de março próximo, haverá a Audiência Pública, as 19 horas, sobre a
487 implantação do Hospital da Restinga. Também quero registrar aqui, com a presença do JAMES, que
488 ficamos sabendo que na U S do Lami amanhã não haverá médico, é sexta feira. Teremos o feriado de
489 carnaval pela frente. A Unidade somente abrirá na quinta feira. Também quero voltar a falar sobre o
490 nosso veículo do SAMU de Belém Novo. Novamente nos deixaram uma sucata a disposição e mesmo
491 assim, por falta de veiculo em outros locais, queriam que ela se deslocasse de lá. Sabemos também que
492 o veículo que deveria estar lá em Belém, não está sendo liberado por falta de pagamento. Isso é uma
493 vergonha. Fala a seguir a Dra. ANA MARIA CIRNE que pergunta se há notícias sobre o Relatório Final
494 da Conferência de Saúde do Trabalhador. E também da Conferência sobre Gestão do Trabalho, pois já
495 entrei várias vezes no site do Conselho Nacional de Saúde e lá não diz nada. Fala a seguir a Dra.
496 ADRIANA ROJAS, que volta a manifestar-se sobre a fala do Deputado HENRIQUE FONTANA, que
497 tanto defendeu a CPMF mas que nós mesmo ouvimos que somente 50% da mesma era destinada à Saúde.
498 Outro assunto é de que chegou para nós, médicos clínicos, médicos de família, uma observação de que
499 somente gastroenterologistas podem solicitar endoscopia. Penso que é possível negociar isto, pois existem
500 critérios bem claros e agente não tem especialista na Rede. Também quero fazer um elogio à Equipe de
501 Saúde Mental da Lomba do Pinheiro, que tem a VERA LEONARDI, aqui presente. É uma Equipe
502 maravilhosa. Têm Psicólogas, Terapeuta Ocupacional e está necessitando de um Psiquiatra, para ficar
503 melhor ainda. Outra coisa é sobre a Vigilância Sanitária, que se ela vai a um Consultório odontológico
504 particular e tem carpete, aplica multa. Ela somente enxerga o particular e umas bobagens. A questão do
505 mofo nas Unidades, é sem comentários. Sobre o PA da Bom Jesus ter apenas um médico de plantão,
506 chega ao Sindicato que há uma briga entre os profissionais da Panorama Pronto Atendimento(??????)
507 brigando com os profissionais da Bom Jesus porque os colegas não querem fazer horas extra e eles ficam
508 sozinhos. Eles têm todo o direito de não fazer hora extra. A coisa está chegando neste ponto. Manifesta-se
509 o Senhor JAMES DA ROSA MARTINS, que referindo-se a questão da CPMF lembra que quando a
510 mesma foi criada, isto aconteceu de manhã e pela tarde o governo encaminhou Projeto de Lei que se
511 chamava DRU(Desvinculação de Recursos da União), que significava que o que saía da CPMF para o
512 Fome Zero, Déficit da Previdência, era a prevenção que o governo tinha de movimentar o percentual dos
513 orçamentos dos Ministérios. Então. Se agora a CSSE for votada, temos de estar de olho. Foi a DRU que
514 permitiu a retirada destes recursos. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, que nada mais havendo a
515 tratar, as 21:15 horas encerra a plenária, sendo lavrada a presente Ata.

516

517

518

519

MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA

OSCAR RISSIERI PANIZ

520

Coordenadora da Plenária

Secretário